
O USO DO LIVRO DIDÁTICO COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA “GEOGRAFIA DO BRASIL” NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

THE USE OF THE TEXTBOOK AS A PEDAGOGICAL ACTIVITY IN THE “GEOGRAPHY OF BRAZIL” IN THE GEOGRAPHY DEGREE COURSE

Wilson Martins Lopes Júnior¹

RESUMO: Este artigo é o esforço de sistematização da prática de observação do desenrolar da disciplina obrigatória “Formação do Espaço Geográfico Brasileiro” do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal Fluminense - UFF de Angra dos Reis. O decorrer das aulas evidenciou o descontentamento coletivo dos graduandos em função da falta de práticas pedagógicas voltadas ao ensino básico no currículo do curso em questão. Diante do problema, a realização de atividades de intervenção pedagógica foi estimulada como intuito de aproximar os futuros docentes com a geografia escolar, através da análise de livros didáticos com conteúdo de Geografia do Brasil. O estudo foi tanto descritivo, quanto qualitativo, com a finalidade de avaliar o livro didático e a sua relação com o ensino superior. Constatou-se a satisfação dos graduandos por se sentirem mais próximos da docência. Observou-se que havia uma relação entre o conteúdo dos livros didáticos e o ministrado na disciplina do curso de graduação. Também foi possível reconhecer a presença de alguns autores comuns nas aulas da licenciatura e nos livros didáticos destinados à educação básica. Conclui-se, portanto, que a experiência pedagógica no ensino superior contribuiu na relação da teoria-prática no campo do ensino de Geografia na educação básica.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Geografia do Brasil. Livro Didático.

ABSTRACT: This article is the effort to systematize the practice of observing the course of the mandatory subject “Formation of the Brazilian Geographic Space” of the degree in Geography, Universidade Federal Fluminense – UFF of Angra dos Reis. The course of the classes showed the collective discontent of the students motivated by the lack of pedagogical practices aimed at basic education. In view of the problem, the carrying out of the pedagogical intervention

¹Professor do curso de Geografia do Departamento de Geografia e Políticas Públicas - DGP do Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR da Universidade Federal Fluminense - UFF. Credenciado ao Programa de Pós Graduação em Turismo - PPGTUR/UFF de Niterói, RJ. Coordena o Grupo de Pesquisa Geografia, Espaço e Turismo - GEOETUR. E-mail: wmlopesjunior@id.uff.br.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação em maio de 2020.

activities was stimulated in order to bring future teachers closer to school geography, through the analysis of didactic books with Brazil's geographic. The study was descriptive, qualitative in order to evaluate the textbook and its relationship with University education. The satisfaction of the Graduates was found to be closer to teaching. It was observed that there was a relationship between the content of textbooks and that taught in the discipline of the undergraduate course, just as some authors were common in classes and textbooks. It was concluded, therefore, that the pedagogical experience in higher education contributed to the relationship between theory and practice in the field of Geography teaching in basic education.

Keywords: Geography teaching. Geography of Brazil. Textbook.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, de cunho exploratório (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), foi motivada pela disposição reflexiva (SCHÖN, 1995) do professor da disciplina “Formação do Espaço Geográfico Brasileiro” do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense, UFF de Angra dos Reis – RJ, em decorrência do descontentamento dos discentes com a falta de prática escolar nos períodos iniciais do curso.

Através de diálogos entre o professor e alunos no espaço acadêmico, identificou-se também o interesse em conhecimento de atividades pedagógicas para o ensino básico, assim como em conhecer materiais pedagógicos especificamente direcionados ao ensino de Geografia. Além disso, ao ministrar os conteúdos geográficos da disciplina anteriormente mencionada, era comum que os universitários indagassem sobre os mesmos estarem, ou não, presentes nos livros didáticos. Assim, julgou-se pertinente realizar uma intervenção que aproximasse os futuros professores à geografia escolar. Para tanto, propôs-se a avaliação de livros didáticos de geografia do ensino fundamental com conteúdo relativo ao da disciplina do curso superior, ou seja, Geografia do Brasil.

O objetivo, inicial foi o de propiciar o contato dos alunos do curso de graduação em Geografia, modalidade licenciatura, com os livros didáticos do Ensino Básico (Ensino Fundamental) que tratam da temática Geografia do Brasil. A partir desse objetivo geral, outros foram se desdobrando como: identificar as possíveis relações e/ou diferenças entre o conteúdo ministrado na graduação do ensino superior, disciplina Formação do Espaço Geográfico Brasileiro, e o conteúdo de Geografia do Brasil, apresentado nos livros didáticos; verificar a presença do conceito de espaço geográfico e de suas categorias de análise: território, região, paisagem e lugar; avaliar o uso de recursos como imagens, gráficos e tabelas; e analisar a qualidade do texto dos livros didáticos.

Em relação à metodologia, desenvolveu-se um estudo tanto descritivo quanto qualitativo, com a finalidade de avaliar o livro didático e a sua relação com o ensino superior (conhecimentos teóricos e práticos). As atividades foram desenvolvidas no terceiro período do curso de Geografia, durante os anos de 2018 e 2019.

A finalidade desse estudo é engendrar uma reflexão sobre a importância do uso de livros didáticos durante o curso superior de Geografia na modalidade licenciatura de forma a contribuir com o conhecimento da prática do futuro docente, partindo do princípio que o mesmo é academicamente relevante; avaliar a relação teoria e prática no ensino superior e nas escolas, colaborando com o saber reflexivo e crítico. Por fim, optou-se por compartilhar a experiência vivida na sala de aula, como ação que favoreça a troca de experiências e contribua com estudos e práticas pedagógicas.

Quanto à bibliografia utilizada, destacaram-se aqueles autores cujas contribuições teórico-conceituais se alinhavam à temática proposta, isto é, Ensino de Geografia. Em vias de favorecer a reflexão sobre a intervenção pedagógica realizada no ensino superior, conforme exposto, mencionam-se alguns expressivos pesquisadores da área, como: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; CAVALCANTI, Lana de Souza; CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella; CACETE, Núria; CALLAI, Hellena Copetti; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos.

No âmbito desta pesquisa consideramos amplo e complexo o ensino de Geografia, pois esse compreende diferentes questões que tratam da prática escolar. As mudanças do mundo contemporâneo impõem novas realidades tecnológicas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e informacionais que influem diretamente no *espaço*, entendido enquanto *totalidade* (SANTOS, 1978; 2004). Assim sendo, é necessário que os professores desenvolvam seus alunos habilidades para interpretar e analisar esse espaço, ou seja, *ler o mundo* (FREIRE, 1985) em suas contradições e, especialmente, posicionando-se de forma crítica e cidadã. Na afirmação de Álvaro José de Souza, a partir da leitura de Milton Santos: “Decodificar o mundo é um puro ato de cidadania consciente e, por isso mesmo, é o elemento mais legítimo de um processo educacional” (SOUZA, 1997, p. 141).

Outrossim, é fundamental valorizar o espaço de vivência dos alunos e as suas representações, todo o seu conhecimento - realidade. Nos ensinamentos de Nídia Nacib Pontuschka (1987, p. 12), “O ponto de partida de qualquer trabalho sério no ensino da Geografia está no espaço vivido pelo aluno, através de experiências diretas. Isto nenhum livro pode fazer, somente o professor no contato diário com o aluno é capaz de conhecer esse espaço e daí construir o seu trabalho”. Ou seja, a formação de docentes em geografia é perpassada pela constante revisão teórico—metodológica bem como de suas práticas pedagógicas para contemplar diferentes saberes desde a formação acadêmica até a sala de aula.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesta seção, pretendemos, ainda que de forma breve, apresentar alguns entendimentos sobre a temática ensino de Geografia, em especial, aspectos que colaboraram na compreensão desta pesquisa sobre o uso do livro didático como atividade pedagógica na disciplina Geografia do Brasil no ensino superior. A proposta não foi de realizar um estado do conhecimento de forma a esgotar todas as possibilidades de um tema, tão amplo e complexo, mas simplesmente situar nosso objetivo geral no âmbito mais amplo do ensino de Geografia, de modo a favorecer o entendimento e reflexões sobre a intervenção pedagógica, cerne da presente pesquisa.

Inicialmente, apresentar-se-á o conceito de espaço, referência para a ciência geográfica e sua compreensão nesta pesquisa, assim como a sua relevância para o ensino escolar; destacando, ainda, a importância de entender e ensinar o espaço na perspectiva do ensino de Geografia. A abordagem na área e os seus conceitos foram significativos uma vez que os mesmos constituíram um dos itens avaliados nos livros didáticos, conforme a proposta de intervenção pedagógica realizada aqui.

Na sequência, será abordada a importante questão da formação de professores, em razão de esta análise ter sido realizada junto aos alunos de um curso de licenciatura, em uma proposta pedagógica que trata da aproximação entre graduandos e a sua futura atuação como profissionais do ensino básico. Os temas a serem tratados são: a relação entre a universidade e a escola; a formação do geógrafo, licenciado e o bacharel; e o estágio.

Por último, o texto se centra nas políticas públicas para a educação como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o livro didático. Este merece maior atenção haja vista sua relevância nos estudos de ensino, especificamente, por constituir o objeto de análise da atividade de intervenção pedagógica, foco deste trabalho. De acordo com Vilela (2014), “Livros didáticos são elementos da cultura escolar e, por isso, nos servem como ricas fontes de estudos sobre o ensino”. Além disso, dada a precarização das condições do trabalho docente, que inclui a falta de tempo e espaço para a preparação de aulas, o livro didático acaba sendo um ponto de apoio e uma referência indispensável cuja influência no cotidiano escolar não se pode ignorar. Nesta perspectiva, os assuntos contemplados foram: o que é o livro didático e a sua função pedagógica; o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD; o papel dos professores na escolha e avaliação do livro didático; alguns elementos que constituem o livro didático, como o texto (redação), as representações gráficas e cartográficas.

ESPAÇO: CONCEITO E O SEU PAPEL NO ENSINO

O conceito de espaço, referência na discussão dessa área do saber, assim como outros conceitos tais como território, paisagem, região e lugar, podem ser entendidos como categorias de análise geográfica e devem fundamentar um processo de ensino-aprendizagem através do qual estes mesmos conceitos se tornem de fato *operantes* (PIAGET, 1978), ou seja, possam ser utilizados frente a situações e problemas práticos do dia a dia e não apenas verificados em avaliações didáticas.

Por esse prisma, são essenciais os conteúdos, conceitos e referências da Geografia em uma análise que permitirá a compreensão da espacialidade. Em outras palavras, é no espaço que as ações da sociedade se materializam. Desse modo, essas precisam ser analisadas geograficamente, dado que esta é uma dimensão imprescindível para a compreensão da realidade. E, como as palavras do saudoso geógrafo Álvaro José de Souza deixam evidentes “Ninguém mais que a Ciência Geográfica é tão rica em formas de pensar o mundo”, então, nada mais coerente que tratar tais noções como indispensáveis. (MAGNONI; FIGUEIREDO, 2019, p. 591)

O conceito de espaço é considerado, no campo da Geografia, como uma instância social que não apenas se reproduz, compreende diferentes funções e formas de momentos distintos. Deste modo, diversas variáveis, passado e presente, influem na organização do espaço que só pode ser compreendido em sua totalidade. (SANTOS, 1978; 2004)

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Ora, sendo o espaço um conceito fundamental para o debate geográfico, sua presença na área de ensino é imprescindível, enquanto totalidade, pois segundo Santos (2000, p. 106), “Fragmentada, a geografia não oferece uma explicação do mundo e portanto passa a precisar, cada vez mais, de adjetivos que expliquem a sua finalidade. Ela perde substância e corre sérios riscos de não ser mais necessária nos currículos escolares.”

É, justamente, nesse contexto que se torna fundamental comentar sobre a importância de ensinar sobre o espaço. Straforini (2004, p. 22) corrobora, ao se colocar sobre a necessidade

de entender e ensinar o espaço como uma totalidade, evitando, assim, fragmentações que comprometem o ensino, ao afirmar que “Na geografia não há espaços estanques, separados e fragmentados. O espaço é sempre uma totalidade. [...] Não podemos mais ensinar geografia como se o espaço fosse um amontoado de pedacinhos. Se negamos o ensino fragmentado, restamos encontrar categorias capazes de não fragmentar a totalidade.” Essa fragmentação influi diretamente em um saber distante da realidade cotidiana dos alunos, uma vez que ele se constitui também de forma fragmentada. A própria prática em sala de aula, ao priorizar conteúdos específicos sem encadeamento, é responsável pela dificuldade de compreensão do mundo.

Defende-se aqui a ciência geográfica e um ensino que possibilite a leitura e compreensão da espacialidade a partir do conceito de espaço e as suas categorias, além de métodos próprios. Assim, consideramos o espaço enquanto totalidade em seus diferentes componentes, desde a sua dimensão natural e/ou social, porém, através de uma perspectiva integrada e articulada.

A Geografia, como ciência que estuda e interpreta a espacialidade, busca através do método científico, e de suas categorias específicas que se encontram no espaço: paisagem, região, lugar e território, formas para ler, conhecer e manipular a realidade do espaço, seja em relação à paisagem natural, ou a criada pelo homem. Fugindo de explicações simplistas e estereotipadas, a Geografia constrói uma visão integrada e articulada dos componentes que se integram e se interagem no espaço. (MAGNONI JÚNIOR, 2018, p. 184)

Essa perspectiva de ensino, portanto, exige dos professores tanto aprofundamento teórico e metodológico da área quanto de educação, assim revisando como ensinar Geografia, ou ainda, refletir no seu saber - fazer pedagógico. Colabora nesse entendimento Castellar (2006, p. 12) ao afirmar que “Pensar pedagogicamente os saberes geográficos numa perspectiva metodológica e significativa para os alunos implica desenvolver ações que reestruturem os conteúdos, inovem os procedimentos e estabeleçam clareza e objetivos”. Esses apontamentos, reforçam a necessidade da reflexão sobre a formação de professores e o ensino de Geografia. Com o intuito de colaborar com esse raciocínio, importantes variáveis devem ser identificadas nessa questão:

A disciplina escolar geografia está no jogo dialético entre a realidade da sala de aula e da escola, entre as transformações históricas da produção geográfica na academia e as várias ações governamentais representadas hoje pelos guias, propostas curriculares, parâmetros curriculares nacionais de geografia; avaliações impostas aos professores, sem mudanças radicais na estrutura da escola e na organização pedagógica global e pelo embate acirrado entre escola pública e privada. (PONTUSCHKA, 2001, p. 111)

Portanto, essa complexidade de indagações expõe o papel da geografia escolar e a importância da formação dos professores. No entendimento de Libâneo (2002), a questão da formação docente está centrada na necessária mudança da universidade e dos seus respectivos cursos, em privilegiar diferentes saberes e uma didática que considere a nova realidade social e toda a sua diversidade. Ou seja, atentar para a realidade e conhecimento dos alunos, as diferenças culturais, o resgate dos valores humanos, isso tudo diante da crise dos princípios em detrimento das mudanças tecnológicas e de mercado.

O PAPEL DA ACADEMIA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Posta a perspectiva de Libâneo, torna-se indispensável pensar o papel da academia na formação docente. Este ponto envolve a relação universidade e escola (ensino básico), historicamente em evidência dado o pouco grau de integração entre ambos, ou seja, reforçando uma distância entre a formação e atuação, conforme Spósito (1993), Oliveira e Pontuschka (1989) e Candau (1987), entre outros.

Vesentini (2006) alerta para falta de preocupação das universidades com os níveis de ensino fundamental e médio, inclusive mencionando que as instituições de ensino superior e os seus docentes não prestigiam tanto a licenciatura como o bacharelado, as especializações, enfim, as titulações. O autor ainda expõe a polêmica entorno da licenciatura ser um curso menos exigente que o bacharelado, além da falta de pesquisa na formação de professores.

Cabe aqui a contribuição de Cavalcanti (2011, p. 5) sobre essa questão das diferenças entre as habilitações: “[...] eles formam prioritariamente profissionais para atuarem no ensino (pois a demanda por essa modalidade profissional é maior), mas, nas expectativas idealizadas e na prática de professores que formam esses profissionais, e também dos alunos, a perspectiva de formação é a do profissional pesquisador, planejador, técnico.”

Outro problema apontado por Cacete (2015, p. 6-7) é que: “Normalmente, os professores das escolas básicas não veem muito valor nas pesquisas acadêmicas, e os professores da academia, muitas vezes, não veem valor no saber das experiências dos professores das escolas básicas. Isto é uma situação ruim tanto para a universidade quanto para a escola básica.”, ou seja, a falta de valorização e reconhecimento entre os professores dos diferentes níveis: ensino básico e universidades.

Contribui também, para este debate, a geógrafa e pesquisadora de educação, Nidia Nacib Pontuschka (2000, p. 150) “O conhecimento produzido na universidade, fundamentado em pesquisas de campo, de laboratório, bibliográfica e dominado pelo professor deve ser o instrumental teórico a ser elaborado, recriado para transformar-se em saber escolar, ou seja, em saber a ser ensinado”. Evidencia-se a importante relação universidade - escola na construção e disseminação do saber geográfico.

Conforme o exposto, pode-se inferir que as instituições de ensino superior deveriam ser mais presentes na atuação direta dos professores e alunos dos cursos de licenciatura, como, por exemplo, em experiências como as de estágio e de pesquisas com maior difusão do conhecimento acadêmico no ensino básico. Deste modo, acredita-se que o ideal é que haja o intercâmbio entre universidade e escola, essencial para a geografia escolar e até mesmo para a geografia acadêmica. Ou, como disse Pontuschka (2010, p. 41), “É necessária a constituição de parcerias entre a Universidade e os sistemas de ensino relativos à Educação Básica, na identificação de problemas a serem enfrentados e pesquisados de maneira colaborativa”.

A temática do estágio, já mencionado anteriormente, merece uma exposição, visto que representa uma importante etapa na qual os alunos do curso de licenciatura são colocados diante da sua prática profissional - realidade da sala de aula.

O estágio supervisionado se apresenta como espaço no qual o estudante passa a exercer sua prática a partir dos ensinamentos obtidos na academia, ou seja, a partir da relação entre a teoria e prática que foi aprendida no curso de graduação, e que, agora se projetam no ambiente escolar de forma operante. Conforme Oliveira e Pontuschka (1989), o estágio é apontado como um outro elemento essencial na formação dos professores. Os respectivos autores ainda acrescentam uma nova dimensão ao estágio ao propor a sua

associação à pesquisa e, dessa forma, sugerem um estágio que seja praticado juntamente com pesquisa realizada na própria escola.

Dessa forma, intenciona-se que o aluno - estagiário não seja apenas um observador, mas atue colaborando com o professor nos afazeres pedagógicos da sala de aula, porém, com o acréscimo da realização de pesquisa. Seguindo a mesma lógica de defender o estágio associado à pesquisa, contribui Cacete (2015, p. 9): “Ao se pensar nos cursos de formação de professores, é importante situar a centralidade do estágio, mas não um estágio da forma como vem sendo praticado. A ideia é pensar o estágio a partir de atividades que valorizam a pesquisa e a reflexão.”

Neste contexto de discussão da formação de professores, é pertinente a questão das políticas públicas para a educação que, segundo Cavalcanti (2011, p. 2), tornou-se ainda mais expressiva na década de 2000, pois “[...] ficou marcada pela elaboração de importantes políticas e diretrizes para a formação de professores do ensino básico, [...]”. A referida autora afirma que, tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, além das resoluções do Conselho Nacional de Educação, de 2002, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Geografia, de 2001; surgiram diferentes políticas públicas para a formação de professores ou reformas educacionais. Segundo Cavalcanti (2011), houve a reformulação dos projetos políticos pedagógicos e das matrizes curriculares. Atualmente, pode-se apontar algumas mudanças nas licenciaturas, como o aumento das horas de estágio, tempo mínimo para integralização do curso, além de espaço para atividades práticas e conhecimento pedagógico do conteúdo.

Merece menção a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, responsável por um novo rumo curricular à educação básica (ensinos infantil, fundamental e médio), compreendendo habilidades, competências e conhecimentos. O documento em sua estrutura contempla as diferentes áreas, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática, sendo a partir desses tratados os componentes curriculares (disciplinas). O referido documento de caráter normativo foi criado a partir da Constituição de 1988 e diferentes documentos, leis, diretrizes da educação e de discussões entorno do currículo único obrigatório. Segundo Marsiglia *et al* (2017, p. 2), “A Base Nacional Comum Curricular foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.”

Esse documento apresenta as diretrizes aos currículos e propostas pedagógicas, tanto para instituições educacionais públicas como particulares em todo o Brasil. O referido marco legal determina as competências e habilidades, isto é, os conhecimentos que os alunos receberão durante todo o processo da educação básica em território nacional. No caso da Geografia, o BNCC menciona os seus principais conceitos, espaço, região, território, paisagem e lugar e seu conteúdo é organizado em cinco unidades temáticas para o ensino fundamental: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida. (BRASIL, 2017)

O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático, nessa perspectiva da BNCC, merece bastante atenção. Tal recurso se revela como uma fonte de informações que fornece e organiza os conteúdos, incluindo os métodos de aprendizagem que contribuem com a construção do conhecimento no ambiente escolar. Assim, o livro didático assume o papel de importante instrumento incentivador na mediação dos conhecimentos que são presentes no ensinar e no aprender.

Para Ramil (2014, p. 2-3), o livro didático “[...] pode ser considerado uma importante fonte de dados sobre o contexto em que foi produzido, podendo revelar aspectos da sociedade e de um tempo através da análise do mercado em que circulou, da produção editorial, dos objetivos pedagógicos, de sua visualidade e materialidade”. No mesmo sentido, contribui Castrogiovanni (1988) ao afirmar que o mesmo se configura como instrumento de grande importância no ensino, auxiliando o professor nas atividades didático-pedagógicas. Todavia, esse recurso, segundo o referido autor, deve ser selecionado a partir de profunda reflexão que considere as questões metodológicas da Geografia.

Conforme Spósito (2002), acredita-se que os professores não avaliam as propostas pedagógicas e materiais didáticos que lhe são designados, deixam de elaborar propostas de atividades e materiais pedagógicos mais condizentes com as suas realidades, favorecendo um referencial teórico-metodológico próprio. Com opinião semelhante, Vesentini (2008) sugere que os materiais didáticos (textos) utilizados pelos alunos, deveriam ser elaborados pelos seus professores de modo a considerar as realidades locais e, ainda, tendo os alunos como co-autores. É importante considerar, no entanto que as precárias condições de trabalho não favorecem esse tipo de elaboração por parte dos docentes.

Além da relevância da participação de professores e alunos nas questões de avaliação e decisórias que envolvam o livro didático, há de se focar na questão do conteúdo. Sua análise crítica pode desvendar possíveis contradições, inclusive interesses de classes dominantes que induzam ao processo de alienação e, conseqüentemente, de desigualdade. O conteúdo, que compreende a questão social, pode ser apresentado no livro didático de modo superficial, ou então, em uma perspectiva crítica explicitando a realidade social. A partir desse olhar, contribui Libâneo (1994, p. 139) “Há uma distinção dos conteúdos de ensino para diferentes grupos sociais: para uns, esses conteúdos reforçam os privilégios, para outros fortalecem os espíritos de submissão e conformismo.”

Na realidade das escolas públicas brasileiras, é comum que o livro didático se constitua como o principal, às vezes até mesmo o único recurso teórico-metodológico utilizado pelos professores apesar de, o seu uso exclusivo não ser desejável. Além disso, o desenvolvimento de critérios seletivos para sua escolha e uso requer um distanciamento crítico por parte do docente, ou seja, exige que o impresso não seja visto como verdade absoluta. Segundo Pavão (2017) este é um desafio especialmente relevante para as camadas trabalhadoras, origem da maioria dos estudantes que optam pela licenciatura, motivados pela necessidade, justamente, de entrada mais cedo possível ao mercado de trabalho, e de deixar de ser um peso para o orçamento familiar. Nesta perspectiva, conforme Pavão (2017), para estas camadas sociais, que costumam fazer usos periféricos da cultura escrita, e para as quais a igreja evangélica tem grande centralidade, à palavra escrita é atribuído um valor de verdade, assim como nas escrituras sagradas. Apesar destas disposições apreendidas no meio de socialização primária, seria desejável que, na adoção de livros didáticos, os docentes fossem capazes de desenvolver, ao longo de sua formação, a habilidade de tratá-los enquanto instrumento didático no processo de aprendizagem e não como um rígido manual a ser seguido religiosamente.

O LD como suporte ao acesso à informação é neste contexto um poderoso instrumento para tornar acessível ao aluno o conhecimento produzido. O risco é aceitar como se este seja o único e o “correto”. A capacidade “aberta” de ir avançando no conhecimento supõe que seja exercida a crítica, que sejam criadas condições para fazer perguntas, para questionar as verdades trazidas pelo texto didático. (CALLAI, 2011, p. 139)

A aquisição dos livros didáticos pela rede pública de ensino do Brasil ocorre junto ao Ministério da Educação - MEC e o Plano Nacional do Livro e Material Didático - PNLD. Os livros são concedidos de forma gratuita às escolas públicas da educação básica, federal, estadual e municipal. Para tanto, as escolas devem estar cadastradas no programa e cumprir alguns requisitos, então, os professores e a equipe pedagógica são orientadas a fazerem sua escolha de adoção a partir de um guia elaborado pelo PNLD que oferece resenhas e avaliações dos livros disponíveis, em conformidade com o projeto pedagógico da escola e a realidade sociocultural. (MEC, 2018)

Considerando a importância do livro didático na realização dessa pesquisa, faz-se necessário apresentar alguns aspectos que o compõe. De forma mais específica, pode-se mencionar o texto, ou seja, a redação pela qual o conteúdo é expresso em forma de palavras, exercícios, atividades propostas para realização por parte dos alunos, também as ilustrações ou representações como mapas, gráficos, tabelas, fotografias, entre outros. Deste modo, as diferentes formas de representações espaciais associadas ao texto colaboram com o seu entendimento, especialmente, considerando que a Geografia foca nos estudos da organização espacial.

Na Geografia, as representações gráficas e cartográficas são extremamente importantes na ampliação de conhecimentos espaciais [...] Assim, gráficos e cartogramas devem interagir com os textos, completando-os ou até mesmo servindo para a organização pedagógica de suas aulas. Não se pode estudar Geografia sem essas linguagens. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 340)

Nas inúmeras possibilidades de linguagens que colaborem com o ensino, encontram-se os gráficos, que vão além da expressão de informações numéricas e quantitativas, pois expressam uma forma de comunicação universal que apresenta as informações de distintas áreas do conhecimento. No âmbito pedagógico, os gráficos são importantes instrumentos didáticos para as aulas de Geografia, colaborando no ensino do seu conteúdo, assim como na realização de pesquisas, uma vez que podem expressar também o espaço vivido dos alunos através de dados - informações. Deste modo, a elaboração de gráficos, assim como a sua análise, constituem importante ferramenta em sala de aula na colaboração da leitura espacial por parte dos alunos. Conforme Passini (2009, p. 209), "Essa linguagem [gráficos] é importante para os cidadãos do mundo, porque é universal; expõe a essência da informação; desenvolve o pensamento lógico; uma importante ferramenta para investigação e apresentação de resultados de uma pesquisa".

A linguagem cartográfica é outro tipo de representação que, aliás, merece ênfase, pois é um elemento essencial ao ensino de geografia e à compreensão espacial da ciência geográfica. Nos estudos de Simielli (1999, p. 108), a Cartografia "[...] facilita a leitura de informações para os alunos e permite um domínio do espaço de que só os alfabetizados cartograficamente podem usufruir". Especificamente o mapa, segundo Moreira (2008, p. 172), "[...] é o repertório mais conspícuo do vocabulário geográfico. E trata-se da melhor representação do olhar geográfico. O mapa é a própria expressão da verdade de que todo fenômeno obedece ao princípio de organizar-se no espaço."

O mapa apresenta-se como um recurso didático primordial ao entendimento da organização espacial, para tanto é necessário compreendê-lo e saber lê-lo. Neste sentido, segundo Oliveira e Tsukamoto (2004, p. 29), "O mapa pode servir de ponto de apoio, ser um instrumento de análise importante das diferentes formas de apropriação do espaço geográfico, no entanto é preciso apreender como se interpreta ou realiza a leitura do que está sendo representado." Ainda contribui Castrogiovanni (2000), ao dizer que para compreensão da linguagem cartográfica por parte dos alunos, faz-se necessário que seja apresentado a estes, os elementos que constituem um mapa e todo o seu processo de elaboração.

Apesar dos mapas, assim como o globo terrestre serem comumente apontados como recursos didáticos essenciais ao ensino de geografia, os mesmos são pouco utilizados. É recorrente os alunos estagiários, afirmarem que os professores utilizam pouco os mapas em sala de aula. Justamente os mapas tão significativos na ciência geográfica, pois desenvolvem a capacidade de representação e leitura espacial. Segundo Kaercher (2009, p. 228), “Pode parecer paradoxal, mas se usa pouco o mapa nas aulas de Geografia. E, curiosamente, para a maioria das pessoas Geografia faz lembrar ... mapas.” Merece ênfase a importância do uso da linguagem cartográfica e o uso dos mapas em consonância com os conceitos geográficos e do conteúdo ensinado - estudado. Essa associação requer conhecimento e domínio de conteúdo por parte do professor, assim como conhecimento pedagógico e didático.

Diante dos temas expostos que circundam o ensino de geografia, deve-se afirmar que a intenção com os alunos de graduação, na perspectiva da geografia escolar, é propiciar uma educação geográfica que favoreça a leitura espacial. Assim sendo, faz-se necessário colaborar para que os alunos desenvolvam a capacidade de interpretar, analisar e até mesmo atuar nas práticas espaciais, posicionando-se de forma crítica e cidadã. Para tanto, exige-se por parte do professor, rever as práticas pedagógicas, os recursos, os objetivos e até mesmo o conteúdo ministrado, além de centrar-se nas questões das habilidades.

Por outro lado, se considerado os alunos - futuros professores, em fase inicial do curso de licenciatura em geografia, é comum identificar o desejo dos mesmos terem contato o mais breve com a prática docente, rompendo com as disciplinas de conteúdo estritamente teórico. Essa ansiedade de estarem mais próximos da atuação profissional pode ser atendida e valorizada através dos estágios, assim como de outras atividades que os coloquem mais próximos da realidade profissional, como por exemplo, práticas pedagógicas em disciplinas da graduação em Geografia, que utilizem os livros didáticos, conforme a pesquisa retratada neste artigo. Desta forma, na lógica da presente pesquisa, as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula, assim como os diferentes recursos disponíveis aos docentes, ganham relevância, em especial o livro didático, objeto desse estudo que o avaliou na perspectiva de sua relação com o ensino superior (conhecimentos teóricos e práticos) na disciplina de graduação, Geografia do Brasil.

METODOLOGIA

Este artigo é um esforço de sistematização dos resultados de um trabalho pedagógico desenvolvido na disciplina de Geografia do Brasil para estudantes de licenciatura em Geografia, no qual foi proposta a análise de um conjunto de livros didáticos de Geografia voltados para o Ensino Fundamental. Trata-se, portanto, de um relato de experiência de um exercício de análise descritiva e qualitativa deste material, segundo alguns critérios prévios.

O trabalho, em todas as suas etapas, foi realizada no Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR da Universidade Federal Fluminense - UFF, sendo desenvolvida com os alunos do terceiro período do curso de Geografia, modalidade Licenciatura, do período noturno, durante os anos de 2018 e 2019. Esta atividade foi proposta a quatro turmas, totalizando 101 alunos, estes distribuídos da seguinte maneira: no ano de 2018, 21 alunos no primeiro semestre e 30 alunos no segundo semestre; já no ano de 2019, 26 alunos no primeiro semestre e 24 alunos no segundo semestre.

Quanto aos procedimentos, foi proposto aos alunos que se dividissem em grupos de três, estes por sua vez, deveriam selecionar um livro didático do ensino fundamental que contivesse temas de Geografia do Brasil. Previamente foi conversado que, segundo a

Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o conteúdo de Geografia do Brasil é presente, especialmente, nos livros didáticos do 7º ano do ensino fundamental.

Na sequência, solicitou-se a avaliação atentando para alguns critérios que colaborassem nas diretrizes da atividade. Os pontos a serem observados foram: existência ou não dos conceitos de espaço geográfico, território, região, paisagem e lugar; relações entre conteúdo da disciplina da graduação e do livro didático; o uso de ilustrações, fotos, tabelas, diagramas, gráficos além de mapas; a qualidade do texto dos livros didáticos. Vale dizer, que os alunos do curso superior, desde o início da disciplina Formação do Espaço Geográfico Brasileiro, têm conhecimento do conteúdo a ser ministrado nesta disciplina, assim como os principais autores que sustentam a discussão, pois o plano pedagógico da disciplina é apresentado no início das aulas.

Deste modo, foi pedido aos grupos de alunos que apresentassem o livro didático avaliado e expusessem as suas considerações para a classe. Cabe ressaltar que, por se tratar de uma primeira experiência, optou-se por não realizar uma análise específica de cada obra, ou comparativa entre os livros. Por fim, a partir da observação e registro das apresentações e discussões ocorridas, foi elaborado o presente artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após receber as orientações da atividade pedagógica proposta, conforme exposto na metodologia, os alunos realizaram o levantamento bibliográfico, ou seja, a pesquisa e escolha do livro didático do sétimo ano do ensino fundamental, seguido de sua análise por escrito, e posterior apresentação em aula. A partir da observação das apresentações e discussões ocorridas, apresentam-se os resultados e suas análises.

Em relação às avaliações dos alunos, foi possível notar a recorrência de algumas observações. O ponto que mais chamou atenção foi a presença do conceito de espaço geográfico nas avaliações dos alunos. Esse conceito foi empregado nos livros, de modo a colaborar na explicação das diferentes realidades espaciais brasileiras. Outros conceitos presentes nos livros foram: território, lugar, paisagem e região. Mas, após o conceito de espaço, foi o de região o mais presente que, ao lado do conceito de regionalização, sustentava as explicações sobre a divisão territorial nacional em regiões geográficas. A presença de autores abordados na disciplina Formação do Espaço Geográfico Brasileiro foi identificada em parte considerável dos livros didáticos, especialmente em seus textos complementares, assim apontando uma correlação entre os conteúdos. Os autores, citados de forma mais recorrentes, foram: Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa e Aziz Nacib Ab'saber. O conteúdo dos livros didáticos associado ao apresentado na disciplina do curso superior, foram os que tratam da temática do arquipélago econômico brasileiro, das regionalizações brasileiras, assim como da integração econômica do espaço nacional; foi destacada, por parte dos alunos, pobre relação entre o conteúdo de geografia humana e física. Os livros dispunham, em sua maioria, de textos adornados de ilustrações que favoreciam o entendimento do conteúdo; As tabelas e gráficos foram considerados complexos (ausentes de informação para seu completo entendimento) e os mapas, ainda que estivessem presentes, nem sempre dialogavam com o texto.

Entre os pontos expostos, alguns demandaram maior tempo de discussão e posicionamento comum por parte dos grupos de alunos, como por exemplo, a importância da presença de autores e conteúdos comuns nos dois níveis de ensino, ou seja, o básico e o superior. Outro aspecto que suscitou intenso debate foi a falta de relação entre o conteúdo de geografia humana e física, assim como a discrepância na abordagem de conteúdo entre os dois. A ausência de aplicação

dos conceitos de paisagem e lugar na apresentação do conteúdo, foi o outro aspecto amplamente discutido, reconhecendo-se, imediatamente, a necessidade de seu emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica realizada contribuiu na aproximação e reflexão entre a teoria e a prática no campo do ensino em Geografia. Constatou-se que o contato com o livro didático foi uma primeira experiência vivenciada na academia pelos alunos, de modo que demonstraram a satisfação por se sentirem mais próximos da docência.

As observações dos alunos foram apropriadas, uma vez que estavam relacionadas à literatura, além de demonstrar caráter de pesquisa e análise sobre o conteúdo teórico. Esses alunos, ao participarem da atividade proposta, mostraram-se leitores críticos dos livros didáticos, pois compreenderam a compatibilidade entre o que se aprende no curso de graduação e a geografia escolar. A atividade com os livros didáticos favoreceu, ainda, o conhecimento das diferentes traduções didáticas que os autores fazem dos conceitos e conteúdos geográficos.

No caso do professor proponente da atividade, esta experiência pedagógica levou ao desdobramento de outras intervenções pedagógicas dessa ordem, porém, adotando outros procedimentos criteriosos, como o estudo da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o uso de textos científicos analíticos do Ensino de Geografia. Levando em consideração esses aspectos, outra contribuição dessa experiência foi a decisão de inserir esta atividade prática no plano pedagógico da disciplina de Formação do Espaço Geográfico Brasileiro.

Em virtude dos fatos mencionados, concluiu-se a pertinência em aplicar atividades pedagógicas no início do curso de Licenciatura em Geografia, inclusive em disciplinas que não se enquadram no grupo de ensino. Isso porque tal prática aproxima o futuro professor do ambiente escolar, de modo a possibilitar uma experiência pedagógica sustentada na teoria que seria aplicada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 de nov. de 2019.
- CACETE, N. Formação do professor de Geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 17, n. 2, p. 3-11, jul. 2015.
- CALLAI, H.C. A geografia escolar: e os conteúdos da Geografia. **Anekumene**, v. 1, n. 1, p. 128-139, 2011.
- CALLAI, H.C. A geografia e a escola: muda a geografia? muda o ensino? **Revista Terra Livre**, São Paulo/SP, n. 16, p. 133-152, 2001.
- CANDAU, V.M.F. (coord.). **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP; Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1987.
- CASTELLAR, S.M.V. Currículo, educação geográfica e formação docente: desafios e perspectivas. **Revista Tamoios**, UFRJ, ano II, nº 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://br.geocities.com/revistatamoios/revistas/0602/curriculo.htm>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- CASTROGIOVANNI, A. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B. A questão do livro didático em geografia: elementos para uma análise. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 16, p. 17-20, out., 1988.

Versão online. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37978/24473>. Acesso em: 01 dez. 2019.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas/SP: Papirus Editora, 1998.

CAVALCANTI, L. de S. O lugar como espacialidade na formação do professor de geografia: breves considerações sobre práticas curriculares. **Rev. Bras. Educ. Geog.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 01-18, jul./dez., 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

KAERCHER, N.A. O gato comeu a geografia crítica?: alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 221-231.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez. 1994.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNONI JÚNIOR, L. Educação e ensino de geografia de qualidade para a construção de uma sociedade democrática e resiliente. **Ciência Geográfica**, Bauru/SP, ano XXII, v. XXII, n. 1, p.179-198, jan./dez. 2018. Disponível em: http://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXII_1/agn_xxii_1_web/Rev_AGB_dez2018-14.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

MAGNONI, M.G.M; FIGUEIREDO, W.S. Geografia e tecnologia: o ciberespaço como dimensão socioespacial. **Ciência Geográfica**, Bauru/SP, ano XXIII, vol. XXIII, n. 2, p. 590-603, jan./dez., 2019 Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII_2/agn_xxiii_2_web/agn_xxiii_2-19.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020. pp. 590-603

MARSIGLIA, A.C.G. *et al.* A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, maio, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>. Acesso em: 30 jan. 2020. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21835>.

MEC. **PNLD: apresentação**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MEC. **PNLD: Escolha do livro didático**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/indexphpoptioncomcontentaviewarticleaidindexphpoptioncomcontentaviewarticleaid13658>. Acesso em: 27 nov. 2019.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, D.M. de; PONTUSCHKA, N. Repensando e refazendo uma prática de estágio no ensino de geografia. In: VESENTINI, J.W. (org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. São Paulo: Papirus, 1989. Capítulo 5, p.117-134.

OLIVEIRA, C.; TSUKAMOTO, R. A utilização do mapa nas aulas de cartografia em Cambé - PR. In: ASARI, Alice, *et. al.* **Múltiplas geografias: ensino-pesquisa-reflexão**. Londrina: AGB/Londrina, 2004, p. 25-38.

PASSINI, E.Y. Gráficos: fazer e entender. In: PONTUSCHKA, N.N. e OLIVEIRA, A.U. (orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 209-215.

PAVÃO, A. Carreira de usuários da cultura escrita e formação de professores: um ensaio etnográfico. **Horizontes Antropológicos**, UFRGS, v. 23, p. 255-285, 2017.

- PIAGET, J. **Problemas de psicologia genética**. Tradução de Celia Di Piero. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- PONTUSCHKA, N.N. Análise dos planos de ensino da geografia. **Terra Livre**, Pinheiros/SP, v. 2, p. 115-128, jul. 1987.
- PONTUSCHKA, N.N. Convergências e tensões na formação de professores de Geografia: a formação inicial do professor – debates. **Olhar de Professor**, Paraná/PR: Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, v. 13, n. 1, p. 37-46, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68420575002>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- PONTUSCHKA, N.N. Geografia, Representações Sociais e Escola Pública. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.
- PONTUSCHKA, N.N. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, A.F.A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. Capítulo 5, p. 111-142.
- PONTUSCHKA, N.N. O conceito de estudo do meio transforma-se em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas: Papirus, 2004. p. 249 -288.
- PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T; CACETE, N. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.p. 383.
- RAMIL, A.C. Os livros didáticos e a linguagem visual gráfica: um estudo de caso dos anos 1970. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais Eletrônicos [...]** Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/UnH4Rp>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103, 2000.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- SIMIELLI, M.H.R. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **A geografia na sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SOUZA, A.J. de. Milton Santos em sala de aula: a contribuição para o ensino de 1o e 2o graus. **Rev. Ciência Geográfica**, AGB Bauru, p. 139-141, jul. 1997.
- SPOSITO, M.E.B. As pesquisas no ensino da geografia e experiências pedagógicas na escola e A pesquisa no ensino da geografia e experiências pedagógicas. **Revista Orientação**, São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH da USP, n. 10, p. 39-41, 1993.
- SPÓSITO, M.E.B.. As diferentes propostas curriculares e o livro didático In: PONTUSCHKA, N.N.; OLIVEIRA, A.U. de. (orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.
- STRAFORINI, R. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.
- VESENTINI, W. Ensino da geografia e luta de classes. In: OLIVEIRA, A. U. (org.) **Para aonde vai o ensino de Geografia?** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- VESENTINI, José W. A formação do professor de geografia: algumas reflexões. In: PONTUSCHKA, N.; OLIVEIRA, A. U. de. (orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2006. Capítulo 24, p. 235-240.
- VILELA, C.L. Livros didáticos e o discurso do conhecimento escolar em Geografia: a abordagem regional como regularidade. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 55-70, jul./dez. 2014.